

A "NOVA ORDEM MUNDIAL" E AS MUDANÇAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Demétrio Magnoli*
Regina Araújo*

A Guerra Fria e a Geografia Escolar

A ordem da guerra fria presidiu as relações internacionais nas décadas do pós-guerra, entre 1947 e 1989. A **bipolaridade** de poder distingue estes 43 anos de todo o período precedente da história moderna e contemporânea. Desde o surgimento dos Estados Nacionais, na Europa pós-feudal, o poder geopolítico distribuiu-se de maneira multipolar.

Nas décadas que antecederam a 1a. Guerra (1914-18), cinco potências européias (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia) e duas potências periféricas emergentes (Estados Unidos e Japão) dividiam o poder internacional. O conflito que explodiu em 1914 assinalou a dissolução desse sistema multipolar, que não mais reapareceria. As crises do entre-guerras - a depressão econômica aberta em 1929, a emergência do fascismo e do nazismo na Europa - solaparam definitivamente as bases da convivência internacional. A 2a. Guerra (1939-45) assentou um golpe de morte nas tradicionais potências européias. O fim do conflito revelou um cenário mundial dominado pelas novas superpotências do pós-guerra: os Estados Unidos e a União Soviética.

*Mestres em Geografia Humana pela USP e professores de 2o. grau em São Paulo.

O sistema bipolar da guerra fria coincidiu com um longo período de paz e estabilidade de fronteiras no espaço euroasiático. Nessa área, foco principal da confrontação entre soviéticos e americanos, a acumulação inédita de armas convencionais e nucleares gerou o **equilíbrio do terror**, prevenindo e impedindo a explosão de um conflito militar devastador que não pouparia nenhum dos envolvidos. O equilíbrio do terror, materializado na capacidade de aniquilação planetária disponível nos arsenais das superpotências, foi uma forma singular de equilíbrio de poder que fez da guerra fria a mais duradoura época de paz armada até hoje conhecida.

A guerra fria assinalou a decadência geopolítica da Europa. As potências europeias tradicionais controlaram a política internacional contemporânea até a 1a. Guerra. Os efeitos desse conflito devastador, que continuaram a repercutir no entre-guerras, representaram um golpe definitivo nas potências europeias. Após a 2a. Guerra, o espaço europeu foi bipartido em zonas de influência submetidas aos Estados Unidos e à União Soviética. Geograficamente, a guerra fria foi o período da hegemonia dos pólos de poder exteriores, localizados a ocidente e a oriente do continente europeu.

A decadência geopolítica da Europa repercutiu fora do continente, nas áreas coloniais da África e da Ásia: o período da guerra fria foi também o da descolonização. No pós-guerra, o crescimento dos movimentos de libertação nacional africanos e asiáticos provocaram a independência de praticamente todas as antigas colônias europeias. Esse processo assinalou a dissolução da influência mundial de potências como a Grã-Bretanha e a França, que tinham constituído vastos impérios no século XIX. Assinalou ainda o fim dos sonhos imperiais de Estados que há muito tinham deixado de ser potências, mas conservavam domínios coloniais no além-mar, como era o caso de Portugal.

O processo de descolonização ampliou o âmbito geográfico do sistema internacional de Estados. Antes da 2a. Guerra, o sistema de Estados restringia-se ao norte da Eurásia, América e Oceania. No pós-guerra, a Ásia Meridional e a África passaram a abrigar dezenas de novos Estados politicamente soberanos. Assim, o sistema de Estados tornou-se, pela primeira vez, um sistema universal.

Em 1955 - quando os movimentos de libertação avançavam rapidamente na Ásia e davam sinais de força na África - reuniu-se em Bandung (Indonésia) uma **Conferência Afro-Asiática**. Pela primeira vez, os novos Estados independentes articulavam-se politicamente, lançando um documento de dez pontos (a Carta de Bandung) orientados pelas reivindicações de auto-determinação nacional e pela crítica ao colonialismo e

ao racismo. Entre os 29 países participantes, destacavam-se a Indonésia, a Índia, o Paquistão, a China Popular e o Egito.

A partir da reunião pioneira de Bandung, os líderes da Iugoslávia (Josip Broz Tito), do Egito (Gamal Abdel Nasser) e da Índia (Jawaharlal Nehru) passaram a organizar a criação de um movimento de Estados desvinculados dos blocos geopolíticos da guerra fria. Em 1961, com a avalanche de independências no continente africano, reuniram-se as condições para a instalação do novo movimento. Uma conferência realizada em Belgrado (Iugoslávia) originou o Movimento dos Países Não-Alinhados. Em torno do conceito de uma neutralidade ativa, procurava-se organizar um pólo de poder externo à bipolaridade da guerra fria. Os Não-Alinhados rejeitavam o conflito Leste-Oeste, destacando a pobreza dos novos países independentes e a necessidade de revisão das relações Norte-Sul. Assim, afirmavam a existência de um Terceiro Mundo, contraposto tanto às potências industriais capitalistas (o Primeiro Mundo) quanto à URSS e sua área de influência no leste europeu (o Segundo Mundo). O Terceiro Mundo e o terceiro-mundismo constituíram um conceito e uma postura intelectual com várias e diversificadas dimensões. No plano geopolítico, o terceiro-mundismo representou uma estratégia de intervenção de Estados e partidos políticos que procuravam operar num espaço distinto do comunismo oficial subordinado a Moscou. A ruptura entre a China Popular e a União Soviética, a partir de 1960, transformou o terceiro-mundismo em bandeira de Pequim, que postulava uma liderança entre os novos Estados afro-asiáticos independentes. Na América Latina, a Revolução Cubana de 1959 e a conseqüente aglutinação de agrupamentos guerrilheiros em torno da liderança de Fidel Castro e Che Guevara disseminou o discurso terceiro-mundista e a idéia de um processo revolucionário baseado nas populações rurais.

No plano universitário, um grupo de geógrafos franceses reunidos em torno de Pierre George e Yves Lacoste elaborou uma definição social e econômica desse conjunto de países. As realidades heterogêneas da América Latina, África e Ásia Meridional eram agrupadas em função de uma série de características demográficas, econômicas e sociais comuns.

Desde então, a geografia procurou captar a nova organização econômica e geopolítica do planeta formulando a concepção da divisão do sistema internacional em três macro-áreas. Nasciam o 1o. Mundo, o 2o. Mundo e o 3o. Mundo.

O 1o. Mundo correspondia ao grupo de países que, tendo realizado a 2a. Revolução Industrial, dispunha de um parque industrial complexo, formado pelos setores de produção de bens de capital e de bens de consumo

duráveis. Englobava, na Europa, América do Norte e no Pacífico, os aliados políticos dos Estados Unidos - potência líder do ocidente.

O 2o. Mundo correspondia à URSS - que entrara em ruptura com a economia mundial capitalista - e sua zona de influência no leste europeu. Abrigava os países que optaram pela modernização industrial acelerada com base no monopólio estatal dos meios de produção e na planificação central da alocação de recursos. Era o mundo do "socialismo real", ou ainda do socialismo totalitário.

O 3o. Mundo correspondia aos países que não acompanharam a arrancada industrial, cuja economia dependia da produção de bens primários agro-minerais. Em contraste com os países industrializados, apresentava fraca urbanização, concentração demográfica no meio rural, elevado crescimento vegetativo e alarmantes índices de pobreza.

O conflito entre o mundo capitalista e o mundo socialista - a disputa Leste/Oeste - refletia a ruptura da economia mundial em sistemas econômicos contrapostos e o isolamento acentuado dos países socialistas em relação aos fluxos internacionais de capitais e mercadorias. Refletida ainda a rivalidade geopolítica das superpotências nucleares e a constituição de esferas de influência diplomática e militar.

As relações entre o 1o. Mundo e o 3o. Mundo refletiam a subordinação econômica derivada da desigual distribuição do capital e da tecnologia. A troca de mercadorias industriais por matérias-primas agrícolas ou minerais modelava as estruturas econômicas dos países do 3o. Mundo segundo as necessidades dos mercados consumidores dos países do 1o. Mundo. A prosperidade social dos países desenvolvidos contrastava com a persistência da pobreza e da miséria nos países subdesenvolvidos. Nisso consistia a tensão Norte/Sul.

Uma Nova Regionalização do Espaço Mundial

O acelerado crescimento econômico registrado pela economia capitalista no pós-guerra envelheceu precocemente a regionalização do espaço mundial adotada no ensino de geografia.

Desde a década de 1950, a emergência das empresas transnacionais remodelava os antigos laços de dependência baseados no comércio de manufaturados e matérias-primas. O deslocamento de filiais das empresas transnacionais para determinados países do 3o. Mundo - entre eles Brasil, México, Argentina, Chile e África do Sul - provocava uma tendência à

desconcentração geográfica da indústria. A presença de vantagens comparativas (principalmente o baixo custo da força de trabalho) e a formação de mercados internos consumidores de bens duráveis nesses países constituíam atrativos para os investimentos diretos dos capitais transnacionais.

A industrialização de certas zonas da periferia capitalista - concentradas em geral nos países mais importantes da América Latina - gerava realidades novas no 3o. Mundo. O êxodo rural e a urbanização acompanhavam a constituição de uma economia moderna e diversificada, embora dependente dos fluxos de capitais transnacionais. Logo, todo um grupo de países subdesenvolvidos deixou de apoiar a sua produção nas atividades primárias, desenvolvendo vastos parques industriais e uma expressiva atividade terciária.

A partir da década de 1970, uma nova "revolução industrial" - na realidade uma **revolução tecno-científica** - realizava-se nos países do 1o. Mundo, em especial no Japão e nos Estados Unidos. A aplicação direta da pesquisa científica avançada na criação de novas tecnologias revolucionou os métodos de produção e lançou ao mercado produtos novos. A automatização e a robotização dos processos industriais reduziram as necessidades de mão-de-obra e ampliaram a produtividade. A microeletrônica, a informática, a biotecnologia e a química fina desenvolveram mercadorias revolucionárias, que logo chegaram ao mercado consumidor.

Esse conjunto de transformações reorganizou as condições de competição no mercado internacional. Os países do 2o. Mundo e do 3o. Mundo, incapazes de acompanhar a revolução tecno-científica em curso, conheceram processos de crise econômica e obsolescência tecnológica. No mundo socialista, a *perestroika* de Mikhail Gorbatchev consistiu em uma tentativa de responder às novas condições. O seu fracasso e a contestação política ao sistema de partido único determinaram o desmantelamento do bloco soviético. Na América Latina, a prolongada crise dos anos 80 refletiu o impacto dos elevados juros internacionais (crise da dívida externa) e a incapacidade do Estado em continuar protegendo os mercados internos.

A revolução técnico-científica originou um novo movimento de concentração e centralização de capitais. Empresas transnacionais desenvolveram novas modalidades de fusão e integração, voltadas para a competição no mercado mundializado. A integração crescente dos mercados financeiros internacionais, a desregulamentação das bolsas de valores nos EUA e na Europa e a especulação monetária derrubaram barreiras nacionais. A expressão mais nítida deste processo consiste na formação de mega-blocos supra-nacionais. No interior dos mega-blocos, reduzem-se os obstáculos para

a circulação de mercadorias e capitais, criando-se condições para um novo patamar de unificação dos mercados.

A velha ordem da guerra fria, fundada na bipolaridade geopolítica, dá lugar a uma nova ordem multipolar. A estrutura do sistema internacional modifica-se, dissolvendo a divisão tradicional em três macro-áreas ou "três mundos". Os mega-blocos, assentados sobre alguns Estados hegemônicos (os EUA, o Japão, a Alemanha), influenciam periferias maiores ou menores que englobam países com diferentes níveis de modernização.

Atualmente, duas tendências convivem e conflitam na economia mundial. A tendência à **globalização** do mercado estimula os fluxos internacionais de mercadorias e os investimentos, atuando no sentido da eliminação dos entraves à competição no espaço mundial. A tendência à **regionalização** dos mercados atua no sentido de erguer barreiras protetoras entre os mega-blocos, protegendo a esfera de influência de cada uma das grandes zonas econômicas. Essa última tendência aponta para o horizonte de verdadeiras guerras comerciais e financeiras entre os mega-blocos.

A Pobreza no Mundo

A grande mutação na economia mundial e na geopolítica planetária agravou as desigualdades entre a acumulação de riquezas e a disseminação da pobreza. O desenvolvimento econômico assume padrões crescentemente perversos, marginalizando parcelas maiores da população. Em escala mundial, a década de 90 presenciou uma ampliação da fratura econômica entre o Norte e o Sul. Atualmente, os 20% mais ricos da população do planeta repartem entre si 82,7% da riqueza, enquanto os 20% mais pobres dispõem apenas de 1,4%.

A crise da dívida externa, deflagrada pela elevação dos juros internacionais desde o final dos anos 70, continua a se agravar. Como consequência os países pobres tornaram-se emissores líquidos de capital: entre 1986 e 1990, os devedores remeteram 31,5 bilhões para o FMI, parte de um total de cerca de 100 bilhões de dólares para instituições públicas e privadas. A dívida externa total da América Latina saltou de 130 bilhões de dólares em 1980 para 319 bilhões em 1990. A dívida mundial dos países subdesenvolvidos somava quase 360 bilhões de dólares em 1980, tendo saltado para 980 bilhões em 1990.

Na Europa Oriental o impacto da conjuntura mundial manifestou-se após 1989, com o dismantelamento das estruturas econômicas estatizadas.

Entre 1989 e 1991 a produção industrial apresentou retrocesso de 9% na Tcheco-Eslováquia, 34,5% na Polônia, 38,9% na Romênia e 22,3% na Bulgária. Enquanto isso, os investimentos ocidentais não ultrapassavam 2 bilhões de dólares na Hungria, 1 bilhão na Polônia e 900 milhões na Tcheco-Eslováquia - os países que mais rapidamente transitam para a economia de mercado, seguindo receitas emanadas do FMI e do Banco Mundial. No conjunto da região o nível de vida retrocedeu 8,3% em 1990 e 14,2% em 1991. Rapidamente, desenha-se um "3o. Mundo" da Europa.

Na Rússia, dados oficiais indicam que 39 milhões de habitantes vivem abaixo do limite de pobreza. O programa de ajuda do G-7 (o grupo dos sete países mais ricos) para a transição econômica prevê financiamentos de 24 bilhões de dólares em três anos. A parte dos EUA no pacote não ultrapassa 5 bilhões. Esses números contrastam com os 75 bilhões de dólares remetidos dos EUA para a Europa Ocidental durante o Plano Marshall e com os 100 bilhões de dólares gastos por ano no pós-guerra com a OTAN. Contrastam ainda mais com os 100 bilhões de dólares aplicados pela Alemanha em 1991 no saneamento da economia da parte oriental do país.

Contudo, a imagem de um mundo fraturado entre o Norte rico e o Sul pobre não resiste a uma análise em outra escala, que revela a disseminação da pobreza na Europa Ocidental e na América do Norte. Na escala continental, vastos espaços de pobreza formam-se em torno do núcleo próspero da CEE, constituído pela Alemanha, França e Benelux. Na escala nacional, a pobreza atinge regiões dos Estados Unidos e dos países da Europa rica. Na escala local, as periferias das grandes cidades americanas e européias assemelham-se cada vez mais às periferias das metrópoles latino-americanas.

Nos Estados Unidos, as políticas neo-liberais postas em prática na década de 80 por Reagan geraram a expansão descontrolada do déficit federal. A dívida pública federal saltou para quase 400 bilhões de dólares em 1992, equivalente a 80 vezes a ajuda que o país se dispõe a conceder à Rússia ou a 100 dólares por habitante de todos os países subdesenvolvidos. A escalada do déficit correspondeu a uma política voltada para a ampliação do consumo, que conduziu o país a viver em níveis muito superiores às suas riquezas.

Essa orientação desembocou na recessão crônica que atingiu o país em 1990. As bases da recessão são estruturais: a poupança nacional retrocedeu de 8% do PNB no pós-guerra para 4% em 1985 e 2,5 em 1990. O Estado, atingido pelo desequilíbrio orçamentário, perdeu as condições de investir em infra-estruturas, educação, previdência social e saúde pública. O desemprego histórico saltou de um patamar de 4% da PEA na década de 1960 para 7% no

final dos anos 90. Em 1990 as 500 maiores empresas do país empregaram 3,5 milhões de trabalhadores menos que em 1980.

O crescimento da miséria no país mais rico do mundo segue um ritmo vertiginoso. Em 1978, às vésperas do segundo choque de preços do petróleo, existiam 24,5 milhões de pobres ou 11,4% da população. Em 1991, a massa de pobres somava 35,7 milhões ou 14,2% da população. A destruição dos sistemas de segurança social criados nos anos 60 e 70, consequência das políticas de Ronald Reagan, estreitou a proteção contra a pobreza. A atual recessão, que parece longe de se esgotar completamente, gera efeitos mais perversos pois lança ao desemprego e ao subemprego populações destituídas das garantias sociais do Estado.

Entretanto, a pobreza se difunde seguindo clivagens étnicas. Atinge 11% dos brancos de origem europeia, 29% dos hispânicos (mexicanos e porto-riquenhos, principalmente) e 33% dos negros. Os grandes distúrbios que eclodiram em Los Angeles e, poucos meses depois, no bairro de Washington Heights (Nova Iorque) em 1992 refletiram essa combinação explosiva de exclusão econômica e étnica que provoca erosão nas bases de convivência social nos Estados Unidos. Em meio aos distúrbios, manifestantes portavam bandeiras do México, Porto Rico e países africanos, assinalando a crise na capacidade de assimilação dos imigrantes e dos negros por parte da sociedade americana.

A revolução tecno-científica das duas últimas décadas parece ter produzido um fenômeno novo: a ampliação estrutural do desemprego. A forte/concentração de renda que a acompanha tende a reduzir, pela primeira vez na história, o tamanho dos mercados consumidores.

Na CEE, 53 milhões de pessoas viviam abaixo do limite de pobreza em 1990, contra 44 milhões em 1985 e 38 milhões em 1975. O desemprego médio de 9,3% da PEA atinge tetos alarmantes de 16% na Espanha e Irlanda. As desigualdades entre os países membros agravam-se, apesar dos programas de ajuda da Comunidade. Assim, disparidades imensas se verificam entre os níveis de renda vigentes na Alemanha e Holanda e aqueles de Portugal, Grécia e Irlanda.

Paralelamente, amplia-se o abismo entre as regiões. Na Itália, onde a pobreza atinge 15,4% da população, ela varia de 9,7% no centro e no norte para 26,3% no Mezzogiorno, a porção sul. Na Grã-Bretanha, as velhas regiões fabris situadas em bacias carboníferas do nordeste da Inglaterra e da Escócia vivem, há duas décadas, processos acelerados de desindustrialização.

O núcleo próspero da CEE - a chamada "pequena Europa", constituída pela Alemanha, França e Benelux - e ainda o sul da Inglaterra e o norte da

Itália representam, desde o pós-guerra, pólos de atração de migrantes. A reconstrução econômica dos anos 50 e o crescimento acelerado dos anos 60 geraram fluxos contínuos de imigração, oriundos de antigas colônias, da Europa mediterrânea e da Irlanda.

A imigração extra-comunitária trouxe trabalhadores do Magreb (área do norte da África formada pelas ex-colônias francesas do Marrocos, Argélia e Tunísia), da África sub-saariana, das antigas colônias britânicas (como o Paquistão, a Índia, o Egito e a Jamaica) e da Turquia. A imigração comunitária trouxe trabalhadores de Portugal, Espanha, sul da Itália, Grécia e Irlanda. Na França, Grã-Bretanha e Alemanha Federal estabeleceram-se numerosos estrangeiros, engajados como força de trabalho de baixa qualificação.

Desde a década de 70, o estreitamento do mercado de trabalho provocado pelo esgotamento do ciclo de reconstrução econômica vem provocando acirramento da competição entre a mão-de-obra nacional e os imigrantes. O endurecimento da legislação imigratória, destinado a amenizar os fluxos populacionais, surtiu efeitos limitados, em função da crise que atinge as economias dos países subdesenvolvidos. A imigração ilegal substituiu largamente os ingressos legais.

A desagregação do bloco soviético da Europa Oriental e a dissolução da "cortina de ferro" geraram novos fluxos migratórios, provenientes do leste europeu. Russos, poloneses, ucranianos, romenos, búlgaros e alemães do leste passaram a engrossar os fluxos de trabalhadores migrantes. A Alemanha tornou-se o grande pólo receptor, seguido de longe pela França. A guerra civil na antiga Iugoslávia e a decomposição econômica acelerada da Albânia trouxeram novos migrantes (entre eles muitos refugiados políticos) para a Áustria, Itália e Alemanha.

A combinação da recessão econômica com a ampliação dos fluxos migratórios está na raiz do crescimento da intolerância política e social com os estrangeiros, que se manifesta pelo crescimento dos agrupamentos de extrema-direita. Na França, os extremistas da Frente Nacional de Jean Marie Le Pen obtêm índices de votação em torno dos 15%, fazendo da xenofobia contra os estrangeiros a sua principal bandeira. Na Alemanha (e, em particular, na antiga parte oriental do país), grupos neo-nazistas multiplicam as agressões contra imigrantes e refugiados, queimando moradias e disseminando o pânico. Na Itália (em particular na Lombardia, na região noroeste) e na Bélgica (principalmente na Valônia) prosperam agrupamentos separatistas de direita, que chegam a conquistar postos parlamentares.

Na "nova ordem" mundial, o 3o. Mundo está em todos os lugares. Esfumando os limites cartográficos tradicionais, expressos pela divisão Norte/Sul, a pobreza invadiu as fortalezas protegidas do 1o. Mundo, disseminando-se nas metrópoles e regiões industriais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

Os Novos Desafios do Ensino de Geografia

As grandes transformações econômicas e geopolíticas que sacodem o planeta incidiram devastadoramente nos conceitos sedimentados da geografia escolar, ao mesmo tempo que trouxeram enorme curiosidade pelos temas "geográficos". A urgência da formulação de novos conceitos e esquemas teóricos, capazes de apreender a realidade contemporânea, abre um fértil campo de polêmicas no interior da ciência geográfica. É neste sentido que este artigo pretende contribuir.